

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

trina nacionalista do “destino manifesto”, o “darwinismo social” e a crença numa “missão” civilizadora nortearam os ideólogos desta primeira fase do imperialismo americano, que avançou para as Filipinas, Cuba e Porto Rico. Entretanto, perpetuava-se a dependência de 4 milhões de ex-escravos, a que se juntaram os milhares de mexicanos convertidos, com o fim da guerra com o México, em cidadãos americanos de segunda categoria e ainda os índios do sudoeste, que aumentaram o número de nativos despojados e exilados na sua própria terra.

A afluência surgida da 1.^a Guerra Mundial esfumou-se com a queda da Bolsa em 1929 e a Grande Depressão. Com esta crise económica, de graves repercussões internacionais, culpavam-se os especuladores de Wall Street, os bancos e a administração, mas o capitalismo americano reergueu-se com o *New Deal* e o próprio impulso da 2.^a Guerra Mundial, preparando assim o caminho para a hegemonia.

Conhecemos então o mundo dividido entre os «bons» do lado do *American Way of Life* e os “maus” do lado de lá da Cortina de Ferro. Do *boom* económico que se seguiu, perturbado pela crise do petróleo na década de 1970, surgiu a nova fase pós-industrial ou pós-capitalista de um imperialismo vincadamente económico. A queda da URSS, na década de 1990, pareceu benéfica para a imagem dos EUA. A sua intervenção em ações políticas de cunho imperialista, revestidas pelo sempiterno *slogan* da “defesa da democracia”, o alastrar do seu modelo económico ao nível global e a difusão da sua influência cultural fizeram crer na perenidade do império. Contudo, sinais de queda explodiram com as Torres Gémeas em 2001 e ressurgiram em 2007, com nova crise económica internacional. De novo se culpavam os especuladores de Wall Street, os bancos e a falta de regulação. O que sobreviverá deste “paradoxo americano”, obcecado pela segurança e enredado nos seus próprios mitos?

Isabel Caldeira

Euro

O euro é a moeda comum de 17 países da UE: Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha (1999, ano em que foi introduzido como meio de pagamento eletrónico), Grécia (2001), Eslovénia (2007), Chipre e Malta (2008), Eslováquia (2009) e Estónia (2011). As notas e moedas entraram em circulação em 1 de janeiro de 2002.

A criação do euro culmina uma longa história de cooperação monetária europeia, de que faz parte a criação do Sistema Monetário Europeu, em 1979, assente no ecu, e um plano em três etapas para a União Económica e Monetária (1989), integrado no Tratado de Maastricht, em 1991. A criação do euro correspondeu à terceira fase da UEM. Nas duas anteriores estabeleceu-se a liberdade de circulação de capitais, com supressão dos controlos cambiais, e a convergência económica, através da supervisão multilateral das políticas económicas dos Estados (1990), e criou-se (1994) o Instituto Monetário Europeu, posteriormente substituído pelo BCE.

Em 1997, adotou-se o Pacto de Estabilidade e Crescimento, revisto em 2005. Trata-se de um compromisso de manutenção da disciplina orçamental que torna possível a aplicação de sanções a qualquer país cujo défice exceda 3%. O acesso ao euro depende da verificação de cinco critérios de convergência nominal relacionados com a estabilidade dos preços, os défices, a dívida pública, as taxas de juro e as taxas de câmbio.

A discussão à volta do euro hoje, no quadro da crise, é a do significado de uma integração monetária sujeita a fortes restrições de natureza orçamental entre economias com características estruturais, capacidades competitivas e modelos sociais muito diferentes. Os efeitos assimétricos dessa integração tornaram-se evidentes e geraram desequilíbrios graves para a economia portuguesa, que entrou no euro com uma taxa de câmbio sobreapreciada, o que levou a sérias dificuldades de valorização do seu aparelho produtivo e à geração de défices externos elevados.

José Reis

Euro-obrigações

A ideia da emissão de títulos de dívida à escala da União – as chamadas euro-obrigações ou *eurobonds* – ganhou adeptos à medida que a divergência entre as taxas de juro das dívidas soberanas dos países do euro se tornou evidente.

Genericamente, têm sido propostos dois tipos de *eurobonds*: a) a emissão conjunta de títulos de dívida por um grupo de países da Zona Euro (ZE), ou com partilha de risco ou numa versão em que os participantes respondem apenas pela sua parte; e b) a emissão de obrigações por uma instituição europeia, seja ela o Banco Europeu de Investimento ou o Banco Central Europeu. O primeiro tipo pode ser posto em prática com rapidez. As obrigações emitidas em comum cobririam a parte das dívidas públicas nacio-